

RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.296 - SP (2019/0054023-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MARCUS DE BARBOSA ALMEIDA
ADVOGADO : ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA SANTOS - SP186511
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. CONSUMAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PERDA DO OBJETO RECURSAL. DE OFÍCIO, DECLARADA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RECORRENTE, PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARCUS DE BARBOSA ALMEIDA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea c, da Constituição da República, manifestado contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação Criminal n.º 0006295-02.2013.8.26.0292.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o Recorrente às penas de 7 (sete) meses de detenção, em regime inicial semiaberto, pagamento de 10 (dez) dias-multa e suspensão da habilitação, pelo período de 2 (dois) meses, como incurso no art. 306, *caput*, do Código de Trânsito Brasileiro. Houve apelação somente defensiva, a que o Tribunal de origem negou provimento. Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, alega-se a violação dos arts. 44, § 3.º, 64, inciso I, e 67, do Código Penal, postulando o afastamento da reincidência ou a sua compensação com a atenuante da confissão, bem assim a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Oferecidas contrarrazões (fls. 311-322), admitiu-se o recurso na origem (fl. 351).

O Ministério Público Federal opina pelo parcial provimento do recurso especial (fls. 361-367).

Autos conclusos, com o parecer, em 25/3/2019.

É o relatório.

Decido.

Está extinta a punibilidade do Recorrente pela prescrição da pretensão punitiva.

A pena aplicada, com trânsito em julgado para a Acusação, é de 7 (sete) meses de detenção. Para esse *quantum*, o prazo prescricional é de 3 (três) anos, conforme previsão do art. 109, inciso VI, do Código Penal. Tal lapso transcorreu desde o último marco interruptivo, consistente na publicação da sentença condenatória, em 8/5/2015 (fl. 124). No mesmo prazo, prescreve a pena de multa, nos termos do art. 114, inciso II, do mesmo Estatuto, bem assim a pena acessória de suspensão da habilitação para dirigir veículo, por força do art. 118 também do Códex Criminal.

Extinta a punibilidade, fica prejudicada a análise do recurso especial, pela perda do seu objeto.

Ante o exposto, de ofício, com base no art. 61 do Código de Processo Penal, DECLARO extinta a punibilidade do Recorrente pela prescrição da pretensão punitiva e, por consequência, julgo PREJUDICADO o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora